



ESCOLA PROFISSIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE ABRANTES



PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

Carla Falcão

Gabriela Vieira

Marly Serras

Paula Mano

Paulo Vicente

Rita Alves

Mouriscas

2020



I - ENQUADRAMENTO

A Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Abrantes (EPDRA), foi criada em 1989, então designada por Escola Profissional de Agricultura de Abrantes, em resultado de uma vontade e de um projeto da comunidade, em cuja génese estiveram diversas entidades – Câmara Municipal de Abrantes, Cooperativa Abrantejo e a Escola Secundária Dr. Manuel Fernandes, tendo surgido no âmbito do Decreto-Lei nº26/89, e sido a primeira Escola Profissional Agrícola de natureza pública a ser criada em Portugal. Mais tarde, pela Portaria nº274/2000, de 22 de maio, foi transformada em escola pública, sendo-lhe dada a atual designação de Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Abrantes.

A oferta formativa abrange Cursos Profissionais (Nível IV) e Cursos de Educação e Formação (Nível II).

Propõe-se que o Projeto de Intervenção Pedagógica seja implementado em todos os Cursos lecionados na EPDRA.

II – PRINCÍPIOS NO DOMÍNIO DA AVALIAÇÃO PEDAGÓGICA

Com o presente Projeto de Intervenção pretende-se promover/intensificar uma Avaliação Pedagógica assente na Avaliação Formativa, a qual já é prática da Escola, nomeadamente, desde a implementação do Plano de Promoção do Sucesso Escolar de 2016, bem como das recomendações emanadas pela IGEC, na sequência da Avaliação Externa, do mesmo ano.

Os princípios da avaliação pedagógica irão incidir numa intensificação e melhoria das práticas de avaliação formativa, que integrem, maioritariamente, o recurso ao *feedback* de elevada qualidade, a diversificação de dinâmicas de trabalho em espaço de aula, a relação pedagógica professor-aluno, a diversificação dos processos de recolha de informação e o envolvimento dos alunos no processo de avaliação.

Todos estes princípios convergem para o cumprimento de um objetivo último: que todos os alunos aprendam mais e melhor.



Os alunos e as suas aprendizagens devem estar no centro toda a ação pedagógica.

III – POLÍTICA DE AVALIAÇÃO PEDAGÓGICA

Com o presente projeto pretende-se que a avaliação formativa assuma um papel central na prática letiva diária. Dada a especificidade da EPDRA, esta pode ter como palco não só a tradicional sala de aula, mas também todos os outros espaços de ação pedagógica que a Escola contempla: picadeiro, vacaria, hangar, oficina, cozinha, pomar, olival, vinha, estufa, campos de cultivo, ou seja, todas as estruturas existentes nos 60 hectares da Herdade da Murteira.

As práticas de avaliação formativa poderão assumir uma natureza muito diversificada, estendendo-se da primeira à última aula de cada módulo/UFCD, começando pela definição clara das metas ou objetivos, bem como dos critérios específicos que vão determinar a regulação e a autorregulação da aprendizagem (*feedup*).

Na primeira aula, os alunos são desafiados a participar na definição dos processos de recolha de informação a utilizar na avaliação formativa e sumativa, numa lógica de continuidade de uma prática que já se encontra implementada na Escola.

Deve recorrer-se a uma diversificação dos processos de recolha de informação, designadamente o questionamento oral, a elaboração de relatórios ou sínteses, questões de aula, apresentações orais, manipulação de máquinas e equipamentos, maneo animal, entre outros, que melhor se adequem à tipologia do módulo/UFCD em causa. Esta triangulação de processos de recolha de informação, visa contribuir para que a avaliação que se realiza nos espaços de aula espelhe, o mais rigorosamente possível, o que os alunos sabem e são capazes de fazer. A triangulação de processos irá permitir a avaliação de mais aspetos dos domínios do currículo, integrar todos os alunos (é necessário diversificar para incluir) e reduzir os erros inerentes ao processo de avaliação.

A recolha de informação acerca do desempenho dos alunos nas diferentes tarefas/atividades/projetos solicitados, pode apoiar-se no recurso à utilização de rubricas onde estejam estabelecidos claramente os critérios de avaliação específicos e respetivos níveis de desempenho e seus descritores, numa lógica de desenvolvimento e consolidação



de práticas já em implementação na EPDRA. Se possível, estas rubricas deverão ser trabalhadas, ao nível dos critérios de avaliação e/ou dos descritores dos seus níveis de desempenho, em conjunto com os alunos de modo a torná-los mais comprometidos/envolvidos, não só no processo de desenvolvimento das tarefas/atividades, mas também de autoavaliação e, progressivamente, na coavaliação.

Este processo é contínuo e tem como principal propósito apoiar e melhorar as aprendizagens dos alunos, assente na planificação e concretização de tarefas/atividades/projetos orientados para o cumprimento de uma tripla função: permitir que os alunos aprendam, que os professores ensinem e que ambos avaliem, indo ao encontro da regulação e autorregulação dos processos de ensino e aprendizagem.

Esta interação contínua, alicerçada no *feedback*, pressupõe uma diversificação e adequação das estratégias, centrando-se no aluno e no seu aprender a fazer, fazendo. A natureza do *feedback* deve ser ajustada à tarefa/atividade no que diz respeito quer às variáveis de forma quer de conteúdo. O *feedback* surge, assim, como uma ferramenta de comunicação essencial, entre professores e alunos, que procura promover um processo reflexivo que ajude os alunos a analisar o que são ou não capazes de fazer, compreender as suas dificuldades e tornar-se aptos a identificar os mecanismos necessários para as superarem.

O melhor *feedback* é, não só aquele que contribui para o sucesso das aprendizagens dos alunos, respeitando a diversidade e garantindo a inclusão, mas também aquele que é utilizado para reorientar a planificação e a ação do professor em futuras atividades quer estejam associadas ao módulo/UFCD em curso, à definição dos planos de recuperação de alunos que não tenham alcançado o desejado sucesso, ou em módulos/UFCDs futuros (*feed forward*).

O *feedback* pode ocorrer também no âmbito da avaliação sumativa quando, por exemplo, se realiza um teste de avaliação em duas fases, sendo que a segunda fase constitui uma oportunidade para que os alunos possam melhorar, após refletirem sobre o seu trabalho inicial.

Concluindo, pretende-se que a avaliação pedagógica assente numa valorização das práticas de avaliação formativa sem fins classificatórios, embora algumas o possam ser. Os dados recolhidos no âmbito da avaliação formativa (contínua) preparam os alunos para a avaliação



sumativa (pontual), sendo que nesta última o professor também pode dar *feedback* aos alunos.

Critérios gerais de avaliação:

Os critérios gerais de avaliação que se propõem são baseados no perfil de saída definido no referencial de formação dos diferentes cursos, no perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória, nas aprendizagens essenciais e nos programas das disciplinas das componentes sociocultural e científica.

A definição da ponderação dos critérios de avaliação é realizada em sede de Conselho de Curso e/ou Conselho de Turma, a realizar antes do arranque das atividades letivas, de forma a que possam ser adaptados, o mais rigorosamente possível, ao perfil do curso. Em função das características da turma e/ou da especificidade dos módulos/UFCDs, poderão ser realizados os ajustamentos considerados necessários, sempre de forma antecipada ao início destes últimos.



CrITÉrios Gerais de AvaliaÇão – DefiniÇão, NÍveis de Desempenho e Descritores

	MB	B	S	I
<p>Saberes</p> <p>Conhecimento Compreensão InterpretaÇão 20-60%</p>	<p>Conhece, compreende e interpreta, de forma sistemática, os conteúdos específicos do módulo/UFCD.</p>	<p>Conhece, compreende e interpreta, de forma geral, os conteúdos específicos do módulo/UFCD.</p>	<p>Conhece, compreende e interpreta, apenas alguns dos conteúdos específicos do módulo/UFCD.</p>	<p>Não conhece, compreende e/ou interpreta, a maioria dos conteúdos específicos do módulo/UFCD.</p>
<p>Resolução de problemas</p> <p>Raciocínio/Mobilização de conhecimentos Espírito crítico Cooperação Autonomia 10-60%</p>	<p>Mobiliza, de forma sistemática, o conhecimento para a resolução de problemas/tarefas; Analisa sempre, de forma crítica e sistemática, as estratégias utilizadas na resolução de problemas/tarefas e os resultados obtidos; É autónomo, colabora motiva e apoia os outros na realização das tarefas.</p>	<p>Mobiliza, de forma geral, o conhecimento para a resolução de problemas/tarefas; Analisa, geralmente, de forma crítica e sistemática, as estratégias utilizadas na resolução de problemas/tarefas e os resultados obtidos; Revela autonomia na generalidade das situações e colabora com os outros na realização das tarefas.</p>	<p>Nem sempre mobiliza, o conhecimento para a resolução de problemas/tarefas; Nem sempre analisa de forma crítica e sistemática, as estratégias utilizadas na resolução de problemas/tarefas e os resultados obtidos; Revela pouca autonomia na generalidade das situações e nem sempre colabora com os outros na realização das tarefas.</p>	<p>Não mobiliza o conhecimento para a resolução de problemas/tarefas; Não analisa de forma crítica e sistemática, as estratégias utilizadas na resolução de problemas/tarefas e os resultados obtidos; Não é autónomo na generalidade das situações e não colabora com os outros na realização das tarefas.</p>
<p>Comunicação</p> <p>Linguagem (língua portuguesa e técnica específica), clareza, atitude, rigor Utilização de recursos tecnológicos</p>	<p>Utiliza sempre, de forma rigorosa e clara, a língua portuguesa e a linguagem científica/técnica na expressão oral e escrita em contexto presencial ou em e-atividades; Apresenta uma postura dinâmica e adequada que demonstra segurança e domínio sobre o</p>	<p>Utiliza, com rigor e clareza, a língua portuguesa e a linguagem científica/técnica na expressão oral e escrita; Apresenta uma postura adequada e demonstra segurança na abordagem do tema.</p>	<p>Utiliza, com algumas incorreções, a língua portuguesa e a linguagem científica/técnica na expressão oral e escrita; Nem sempre apresenta uma postura adequada e demonstra alguma insegurança na abordagem do tema.</p>	<p>Não utiliza corretamente a língua portuguesa e a linguagem científica/técnica na expressão oral e escrita; Não apresenta uma postura adequada e demonstra insegurança na abordagem do tema.</p>



10 a 30%	tema abordado em contexto presencial ou em e-atividades.			
Responsabilidade Atenção/ concentração na sala de aula Respeito pelos outros Cumprimento de normas de funcionamento Participação nas tarefas 20%	Demonstra sempre uma atitude atenta e concentrada no espaço de aula, respeitando e incentivando o respeito pela opinião dos outros; Cumpre sempre e incentiva os outros a cumprir as normas de funcionamento da aula e de manipulação de materiais/ equipamentos; Adere e participa sempre nas atividades propostas de forma empenhada, ordenada e pertinente.	Demonstra uma atitude atenta e concentrada no espaço de aula, respeitando e incentivando o respeito pela opinião dos outros; Cumpre as normas de funcionamento da aula e de manipulação de materiais/ equipamentos; Adere e participa na generalidade das atividades propostas de forma empenhada e ordenada.	Nem sempre demonstra uma atitude atenta e concentrada no espaço de aula, respeitando a opinião dos outros; Nem sempre cumpre as normas de funcionamento da aula e de manipulação de materiais/ equipamentos; Nem sempre participa nas atividades propostas de forma empenhada e ordenada.	Não demonstra uma atitude atenta e concentrada no espaço de aula, nem respeita a opinião dos outros; Não cumpre as normas de funcionamento da aula e de manipulação de materiais/ equipamentos; Não participa nas atividades propostas de forma empenhada e ordenada.



IV – POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO

Importa, antes de mais, diferenciar os conceitos de avaliação e classificação. A avaliação é, fundamentalmente, descritiva e informativa. Descreve o que é, ou seja, a situação do aluno num dado momento e compara-a com o que deveria ser, isto é, com a situação que se desejaria face aos objetivos enunciados, identificando as discrepâncias existentes. A informação resultante deste processo permite ao professor procurar as causas das discrepâncias encontradas e propor soluções, introduzindo estratégias alternativas no seu trabalho e no do aluno. Por outro lado, classificar significa posicionar o aluno em relação a uma escala adotada, de acordo com o resultado obtido nos processos de recolha aplicados.

A classificação visa certificar as aprendizagens previstas para cada módulo/UFCD. Esta será realizada no final de cada módulo/UFCD com base nos critérios e respetivas ponderações previamente definidas, de acordo com a especificidade de cada um.

Com propósitos sumativos e com fins classificatórios, devem ser previstos processos de recolha de informação de natureza diferente, em função do número de horas de cada módulo/UFCD: no mínimo 2 em módulos até 20 horas; no mínimo 3 em módulos/UFCDs até 35 horas; no mínimo 4 em módulos/UFCDs até 50 horas.

Caso o aluno não obtenha sucesso, está prevista a aplicação de um Plano de Recuperação Individual, o qual incide sobre as aprendizagens não adquiridas pelo aluno, mas baseado nos princípios da avaliação pedagógica, referidos anteriormente, e mobilizando para a classificação final os resultados das aprendizagens já consolidadas.

Com este projeto de intervenção, a EPDRA continua empenhada na missão de dar cumprimento ao seu lema de há 30 anos:

Carpent tua poma nepotes